

A cruz, a foice e o martelo: Cristianismo e Comunismo em Bernardo Santareno

*Fernanda Verdasca Botton**

Resumo

Escrita em 1969 pelo dramaturgo português Bernardo Santareno, a peça teatral A traição do Padre Martinho examina a proximidade ou não dos ideais da Igreja católica de seu tempo e do Comunismo. Este trabalho tem por objetivo não só analisar esta peça santareniana, mas também cotejar, através das referências nela colocadas, os pensamentos dos soberanos da Igreja do século XX e do filósofo Carl Marx.

Palavras-chave

Teatro; Catolicismo; Comunismo; Bernardo Santareno; Karl Marx.

Abstract

Written in 1969 by Portuguese playwright Bernardo Santareno, the play A traição do Padre Martinho (The betrayal of Father Martinho – free translation) examines whether or not the ideals of the Catholic Church of his time and those of Communism were close. The purpose of this paper is to not only analyze this play by Santareno but also to collate, through references contained therein, the thoughts of high Church priests in the 20th century and those of philosopher Carl Marx.

Key words

Theater; Catholicism; Communism; Bernardo Santareno; Karl Marx.

* Doutora em Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Professora de Literatura na Universidade do Grande ABC (UniABC) e membro do grupo de pesquisa GEPHILIS da mesma instituição.

Introdução

NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX, alguns membros da Igreja católica defenderam uma sociedade mais justa e igualitária. Suas palavras foram, então, associadas por muitos com ideais comunistas que seriam incorporados aos da Igreja. Bernardo Santareno, dramaturgo português daquela época, trouxe para a literatura essa união político-religiosa e, na peça *A Traição do Padre Martinho* (1969), discutiu até que ponto a confluência desses ideais era possível ou não na sociedade de seu tempo.

Observemos resumidamente o enredo do texto em questão para melhor compreendermos as idéias religiosas e políticas nela inseridas.

O enredo da peça *A Traição do Padre Martinho*.

Um padre, amigo dos operários e dos camponeses, homem que bebe e trabalha com os mais humildes, recebe de seus superiores eclesiásticos a ordem de deixar a paróquia. Forma-se então um conflito no pequeno vilarejo de Cortiçal. Este não é somente a manifestação dos aldeões contra a transferência do padre Martinho, mas também, e principalmente, um ato de coragem dos mais pobres que, através dos ensinamentos pregados pelo padre, conscientizaram-se de que são capazes de lutar contra as injustiças perpetradas pelos poderosos (membros do clero, Lavrador e Engenheiro).

Os representantes da Igreja, para justificarem seus atos, explicam que a transferência de Martinho é necessária, pois ele “[...] paroquiou esta terra como se não houvesse hierarquia” (Santareno, 1973, p.24) e “[...] transformou os homens de Cortiçal, dantes mansos e humildes de coração, trabalhadores e obedientes, nessa alcatéia de lobos insaciáveis e capazes de todas as torpezas...!” (ibidem, p.82).

Martinho, que em seus sermões prega por uma “terra oferecida a todos e não apenas aos ricos” e por homens que sejam contrários à “escravatura mascarada” (ibidem, p. 10), afirma que “ser cristão não é sinônimo de ser defensor da ordem estabelecida” (ibidem, p.26). Além disso, para convencer os membros da Igreja de que suas idéias são verdadeiras, Martinho cita outros que, como ele, já lutaram pelos mais humildes: homens santificados pela própria Igreja (dentre esses, os papas Paulo VI e João XXIII, Santo Ambrósio e o próprio Cristo) e homens por ela combatidos (principalmente o comunista Marx).

O Vigário, os Padres-secretário e o Bispo não aceitam como verdadeiras as argumentações do padre Martinho e, por isso, continuam a exigir que ele seja desligado da paróquia de Cortiçal.

Martinho, apesar de não compactuar com o ponto de vista de seus superiores, quer acatar a ordem deles. Porém, os ensinamentos que o padre plantara em sua comunidade já haviam modificado o povo de Cortiçal que, unido em uma mesma luta, exige ter o direito de escolher o pároco do vilarejo.

Os homens do governo se aliam aos superiores da Igreja, ao Lavrador e ao Engenheiro e decidem iniciar uma luta armada no vilarejo. As rubricas trazidas ao texto, narram este momento do enredo:

Ouve-se uma descarga de muitos tiros. (...) Gritos, lamentos, uivos de dor dos feridos. Caído sobre o lote central das escadas, bem visível para os espectadores, está o corpo morto de Rosa: Tem os olhos muito abertos e os lábios afastados num sorriso. À frente, no primeiro plano, outra mulher morta: Maria Parda. Ti Anica corre para Rosa e chora convulsivamente, agarrada ao cadáver. Silêncio gélido, só cortado pelo badalar dos sinos e pelo pranto da Ti Anica e das mulheres, pelos queixumes dos feridos. Entre estes – braços e pernas – uma cabeça selvaticamente ensangüentada (...). Foco de luz sobre a casa do pároco: O Padre Martinho (...) está de joelhos no meio do estrado, o rosto entre as mãos, chorando horrorizado. (ibidem, p.167).

Após presenciar esta cena, segundo o narrador da peça, Martinho teria deixado o povoado para um futuro que nos será desconhecido. O próprio narrador, porém, apesar de não saber ao certo o destino de sua personagem principal, depois de falar dos diversos caminhos que poderia ter trilhado Martinho, julga como o mais verossímil que ele tenha se “despadrado” para poder continuar, como homem, sua luta ao lado dos que são vítimas das injustiças sociais.

O breve resumo do enredo permite observar que a peça *A traição do Padre Martinho* retrata dois embates que, apoiados em um mesmo eixo, objetivam discutir o possível futuro de um homem português: Martinho.

Um dos embates é aquele cujos oponentes são duas facções da Igreja, uma vinculada aos poderosos e a outra, representada por Martinho, mais próxima das necessidades do povo. Complementar e paralelo ao primeiro embate, o segundo tem como oponentes os proprietários dos meios de produção e os proletários. Ligando esses dois “enfrentamentos” (e sustentando o cerne da peça), encontramos a discussão de como uma idéia religiosa próxima a uma idéia política pode influenciar a escolha daquele que deve se empenhar em uma luta revolucionária.

A postura da Igreja perante as desigualdades sociais

Convocado pelo Papa João XXIII em 1962, o Concílio Ecumênico Vaticano II estendeu-se até 1965, quando, já sob o papado de Paulo VI, foi concluído. Dentre as principais mudanças advindas deste Concílio sabemos que, a partir dele, alguns membros da Igreja declaram-se pertencentes a uma instituição que deveria voltar-se não somente para a fé dos indivíduos mais necessitados, mas também, e principalmente, para as realidades econômicas, políticas e sociais a que estavam sujeitos.

Na peça santareniana, esta nova idéia de Igreja está presente, como veremos a seguir, tanto nos elementos que Martinho julga serem importantes ao sacerdócio, quanto nas citações que o clero faz das palavras dos papas que orientaram a assembléia católica.

No início do primeiro ato, Martinho afirma: “Ser cristão não é sinônimo de ser defensor da ordem estabelecida. É esta a verdade conciliar.” (ibidem, p.26). O Vigário, porém, indignado com a menção do Concílio, contesta o padre: “Ora já cá faltava o concílio. (...) O concílio serve de capa a todas as tonterias, inseguranças e vaidades dos sacerdotes que, como o senhor, não amam a hierarquia da Igreja, não querem ou não sabem adaptar-se e viver num edifício que levou dois mil anos a levantar.” (ibidem, pp. 26 - 27).

O diálogo salienta um fato que será objeto de discussão em todo o enredo desta peça santareniana: a existência de dois pensamentos antagônicos dentro de uma mesma Igreja. De um lado, temos o padre Martinho e, segundo este, alguns membros do Concílio que, observando a miséria a que está sujeito o povo, desejam uma Igreja que lute pelos mais necessitados, mesmo que para isto tenha que mudar uma hierarquia social existente. Do outro lado, temos o pensamento do Vigário que defende a manutenção do milenar “edifício” sólido que une o clero aos poderosos.

Ainda no primeiro ato, este antagonismo existente na Igreja reaparece quando o padre Martinho se reúne com o Bispo para discutir o papel do sacerdote e da Igreja frente aos mais humildes. Neste momento do enredo, Santareno traz a estas personagens palavras ditas pelos dois papas que, consecutivamente, dirigiram o Concílio Vaticano II: João XXIII e Paulo VI.

Inserindo em seu discurso a carta Encíclica *Mater et Magistra*, escrita por João XXIII, Martinho diz ao Bispo: “Vivemos num país em que [...] às condições de extrema

miséria de muitíssimos se opõe, em gritante e ofensivo contraste, a abundância e o luxo desenfreado de poucos privilegiados.” (ibidem, p. 39).

João XXIII exerceu seu papado de 1958 até 1963, sendo que a Encíclica em questão foi escrita em 1961. Tendo como objetivo discutir a questão social à luz da doutrina cristã, João XXIII, na *Introdução* desta carta eclesiástica, salienta que o Cristianismo, como doutrina a unir o espírito e a matéria, deve preocupar-se tanto com a salvação eterna do homem quanto com as exigências terrenas dos povos.

Como primeiro argumento a justificar sua idéia, João XXIII observa que Cristo, na hóstia consagrada, vem aos homens para dar-lhes alimento espiritual, porém, em vida, querendo saciar a fome de seus seguidores, multiplicou os pães para oferecer alimento a seus corpos.

Como segundo argumento, João XXIII traz a seu texto as idéias de um de seus antecessores, o papa Leão XIII que, na Encíclica *Rerum Novarum*, também defendeu os direitos dos mais humildes. Ao fazer referência a esta Encíclica, João XXIII observa: “Enquanto alguns ousavam acusar a Igreja católica de limitar-se, perante a questão social, a pregar resignação aos pobres e a exortar os ricos à generosidade, Leão XIII não hesitou em proclamar e defender os legítimos direitos do operário.” (João XXIII, 1961, §16).

A Encíclica *Rerum Novarum*, publicada em 1891, é fruto de um tempo em que a acumulação de bens proveniente do capitalismo fez com que surgissem vozes sociais e econômicas que defendessem o direito do trabalhador. Colocando o trabalho não como mercadoria, mas como expressão direta do ser humano, Leão XIII ataca tanto a concorrência liberal quanto a luta de classes marxista. Além disso, mesmo defendendo o direito da propriedade privada, o papa indica, como o melhor caminho para a reconstrução da dignidade humana, um Estado a intervir a favor dos direitos do proletário com o intuito de promover a justiça e a equidade a todos os homens.

Na segunda parte da Encíclica *Mater et Magistra*, João XXIII, dizendo ter por objetivo aclarar e ampliar a doutrina de Leão XIII, discute a socialização dos bens materiais e a remuneração do trabalho. Neste momento de seu texto, o pontífice reafirma o direito de propriedade privada já defendido por Leão XIII, salientando, porém, que (como nos mostra o texto citado por Martinho na peça santareniana) é necessário observar que em alguns países as desigualdades sociais causam a abundância e o luxo de poucos e a miséria e privação desumana de uma imensa maioria.

Sendo assim, apoiando-se na Sagrada Escritura e na opinião de Leão XIII, conclui João XXIII, apesar de o Evangelho considerar legítimo o direito de propriedade privada, Cristo e a Igreja pedem constantemente aos ricos que repartam seus bens materiais com os mais necessitados, pois, somente dessa forma, ao mesmo tempo em que a fome dos mais miseráveis diminuirá, os mais ricos alcançarão os bens espirituais necessários para serem recebidos no reino dos Céus.

Podemos observar que Bernardo Santareno, ao trazer para Martinho a citação de João XXIII, revela em seu texto a existência de uma Igreja que se preocupa com a extrema desigualdade entre as classes sociais, pois esse antagonismo existente na sociedade do século XX faz com que muitos fiéis estejam sujeitos a condições de miserabilidade insustentáveis.

Salientamos, porém, que Santareno não trouxe à boca de Martinho o fato de que essa nova Igreja, concebida no pensamento de Leão XIII (que ficou conhecido pelo codinome de “Papa do Proletariado”) e de João XXIII (o “Papa Socialista”), ainda defende o direito à propriedade e, condenando o socialismo radical e o marxismo, julga que a equidade social deve ser fruto da caridade dos que, monetariamente mais abastados, gerem o Estado. A explicação dessa “lacuna” criada por Santareno pode ser entendida ao analisarmos as citações das idéias do sucessor de João XXIII: Paulo VI.

As palavras de Paulo VI são trazidas à peça não só pelo padre Martinho, mas também por uma personagem que lhe é antagonista, o Bispo. Analisemos como os pensamentos desse papa são enfocados no texto santareniano, para que possamos compreender a cisão do pensamento eclesiástico.

No diálogo entre Martinho e o Bispo, é este quem primeiro cita as palavras de Paulo VI. No princípio da conversa, o Bispo lembra ao padre que a obediência é a qualidade suprema que um sacerdote deve possuir; dessa forma, se a Igreja crê ser melhor que Martinho deixe Cortiçal, assim deverá ser feito. O padre Martinho, porém, acreditando ter lançado “os alicerces duma grande obra cristã” (Santareno, 1973, p.37), apela a seu superior para que este o deixe ficar. Como resposta, o Bispo lembra que Martinho, mais do que se preocupar com as almas dos fiéis, cuidou dos seus corpos e, citando Paulo VI, observa: “A arte do apóstolo tem seus riscos. O desejo de nos aproximarmos dos nossos irmãos não deve traduzir-se numa atenuação ou diminuição da verdade. O nosso diálogo não pode ser fraqueza nos compromissos com a nossa fé.” (ibidem, p. 38).

As palavras citadas pelo Bispo neste momento do enredo foram retiradas, *ipsis litteris*, do parágrafo 50 da Encíclica *Ecclesiam suam*, de Paulo VI. Escrita em 1964, esta carta pontifícia revela quais deveriam ser os princípios do corpo eclesiástico na modernidade. Paulo VI inicia seu texto observando que a Igreja católica deve renovar-se, pois, devido ao progresso científico, técnico e social e aos novos pensamentos filosóficos e políticos, alguns de seus membros afastaram-se da verdadeira doutrina pregada por Deus: a Tradição e as palavras da Sagrada Escritura.

Como exemplo de Tradição, o pontífice invoca o Concílio do Trento para relembrar aos membros da Igreja que, assim como na Contra-Reforma ocorrida no século XVI, a renovação agora exigida à Igreja não tem como pressuposto mudança, mas sim confirmação.

Através das Escrituras, Paulo VI prega a seus fiéis os exemplos que devem ser confirmados pelos homens: o de Maria e o de Cristo. Maria é sagrada, pois, ao suportar seu sofrimento terreno, tornou-se a Virgem Santíssima. Quanto a Cristo, os servidores da Igreja devem nele se espelhar para aproximarem-se dos mais humildes e, aos que merecerem, conceder o diálogo.

Salienta o Papa, então, que os membros da Igreja não devem dialogar com os que pregam sistemas subversivos. Nesse sentido, orienta a seus seguidores a se distanciarem e condenarem todos os que pregam “os sistemas ideológicos negadores de Deus e opressores da Igreja, sistemas muitas vezes identificados com regimes econômicos, sociais e políticos, e entre estes de maneira especial o comunismo ateu” (Paulo VI, 1964, § 50).

Para finalizar a Encíclica, Paulo VI lembra que a caridade é um dos bens mais valiosos dados por Deus, porém essa não dispensa os que pregam em nome de Deus “[...] da prática da virtude da obediência [...]. Desse modo, a obediência procede do motivo de fé, torna-se escola de humildade evangélica, associa o obediente à sabedoria, à unidade, à educação e à caridade que regem o corpo eclesiástico, e confere, a quem se conforma com ela, o mérito da imitação de Cristo: feito obediente até a morte.” (ibidem, § 65).

Dessa maneira, o Bispo da peça santareniana parece querer relembrar ao padre que o diálogo da Igreja com os mais humildes não aceita as idéias comunistas, já que estas, condenadas pelo papa e pela Igreja, afastam os homens da verdade maior pregada por Deus: a de obediência.

Sendo assim, através das palavras do Bispo, Martinho deve se recordar que a Igreja do passado afirma (através das Sagradas Escrituras e do Concílio do Trento), e a do presente reafirma (através de seu papa Paulo VI) que o dever de obediência a Deus é anterior ao dever de ser caridoso para com os mais humildes.

Todavia, com o intuito de refutar o discurso do Bispo e acreditando que a função suprema do sacerdócio é propiciar aos mais humildes que se libertem da miséria material, Martinho cita palavras que, pertencentes a outra carta do papa Paulo VI, reafirmam as desigualdades existentes. Em defesa de suas ações, cita o padre: “Em certas regiões, enquanto uma oligarquia goza de civilização requintada, o resto da população, pobre e dispersa, é privada de quase toda a possibilidade de iniciativa pessoal e de responsabilidade, e muitas vezes colocada, até, em condições de vida e de trabalho indignas da pessoa humana.” (Santareno, 1973, p. 42).

As palavras proferidas por Martinho pertencem à Encíclica *Populorum Progressio*, do Papa Paulo VI. Escrita em 1967, o documento observa que, devido ao sistema capitalista, é cada vez mais preocupante a diferença monetária existente entre os ricos e os pobres.

Logo no início desta Encíclica, encontramos a frase reproduzida por Martinho na peça. Neste momento da carta, o sumo pontífice salienta que as classes pobres tomam cada vez mais consciência da sua imerecida miséria e, como reação ao abuso da posse e do poder, os trabalhadores começam a exigir o direito de viver com dignidade. Além disso, a carta ainda salienta que o Concílio Vaticano II, lembrou ao homem que “Deus destinou a terra e tudo o que nela existe ao uso de todos os homens e de todos os povos, de modo que os bens da criação afluam com equidade às mãos de todos, segundo a regra da justiça, inseparável da caridade.” (Paulo VI, 1967, § 22).

Acrescenta ainda o papa, no mesmo documento, que “a propriedade privada não constitui para ninguém um direito incondicional e absoluto [uma vez que] ninguém tem direito de reservar para seu uso exclusivo aquilo que é supérfluo, quando a outros falta o necessário” (ibidem, § 23).

Podemos dizer que a defesa de Martinho consiste em lembrar ao Bispo, assim como havia feito Paulo VI, que as desigualdades sociais aumentam devido ao sistema capitalista, pois, nesse sistema, os bens que foram dados por Deus aos mais ricos estão sendo erroneamente utilizados por eles que, ao invés de verterem a dádiva divina a todos, tomam para si os frutos da riqueza, como se estes lhe fossem exclusivos.

Desse modo, apesar de o Bispo e de Martinho citarem em seus discursos as palavras de um mesmo pontífice, elas reverberam em cada um de maneira diferente. O Bispo ouve o discurso papal e, seguindo o pressuposto da obediência, apenas adquire a ciência do cada vez maior antagonismo entre as classes sociais. Martinho, porém, acredita que a revelação feita pelo Papa não são meramente palavras que devem trazer às consciências a injustiça, mas sim uma informação a divulgar a necessidade de agir para combater as desigualdades.

Assim, o embate eclesiástico trazido por Santareno é aquele a retratar uma Igreja que, no século XX, posiciona-se de duas formas antagônicas perante as desigualdades sociais: enquanto alguns membros defendem uma igreja vinculada aos poderosos e que, portanto, julga certa a inação praticada nos séculos anteriores; outros, preocupados com a necessidade do povo, desejam uma futura possibilidade de ação.

Na peça santareniana, a inação está representada pelo Vigário e pelo Bispo, membros da uma Igreja que ainda compactua com o *status quo* e, portanto, prega a obediência acima de tudo. Martinho, por sua vez, representa uma Igreja que se sensibiliza com as desigualdades e por isso quer modificar, ainda sem saber como, os desníveis sociais.

Antes de concluirmos esta parte da análise, cabe-nos observar que outros dois trechos da Encíclica *Populorum Progressio*, escrita pelo Papa Paulo VI, foram utilizados por Martinho quando fazia, na primeira cena da peça, seu sermão ao povo de Cortiçal.

Naquela ocasião Martinho traz ao seu discurso, primeiramente, uma fala de Santo Ambrósio que também é citada por Paulo VI nesta Encíclica: “[...] não dás da tua fortuna – assim afirma Santo Ambrósio – ao seres generoso para com o pobre, tu dás do que lhe pertence. Porque aquilo que te atribuis a ti, foi dado em comum, para o uso de todos. A Terra foi oferecida a todos e não apenas aos ricos” (Santareno, 1973, p. 10).

Posteriormente, acrescenta o padre ao povo de Cortiçal:

Agüentem! Lembrem-se de Sua Santidade Paulo VI que, dirigindo-se a vós, escreveu: ‘Certamente há situações, cuja injustiça brada aos céus. Quando populações inteiras, desprovidas do necessário, vivem numa dependência que lhes corta toda a iniciativa e responsabilidade, e também toda a possibilidade de formação cultural e de acesso à carreira social e política, é grande a tentação de repelir pela violência tais injúrias à dignidade humana’. (ibidem, pp. 10 - 11).

Ao citar as palavras do Papa de seu tempo (o papado de Paulo VI tem início em 1963 e estende-se até 1978), Martinho revela a desigualdade econômica existente. Salienta, porém, assim como orienta a Igreja, que por mais que haja injustiças o caminho da violência nunca deverá ser utilizado.

As idéias por Martinho ajudam-nos a compreender a atitude que ele tomará após a conversa com seus superiores. Após ouvi-los e, através deles, à lei suprema de obediência pregada pela Igreja, Martinho decide voltar para casa e abandonar a paróquia, não porque deseja obedecer ao Vigário e ao Bispo, mas porque acredita que, por maiores injustiças que existam, a violência nunca deverá ser empregada para solucioná-las.

Porém, nesta parte do enredo, Santareno explora outro embate que, já delineado no início do texto, torna-se mais forte: o enfrentamento entre os mais humildes a pedirem a permanência de Martinho, e os poderosos a exigirem sua partida.

A partir deste momento do enredo, Bernardo Santareno explora, em *A traição do Padre Martinho*, o que Marx e Engels vêem como tragédia revolucionária: “um texto cuja essência não pode radicar num conflito abstrato de idéias, mas num conflito histórico, de classe.” (Vázquez, 1968, p. 141).

A pertinência de citarmos a concepção do trágico para Marx e Engels situa-se em dois fatos. O primeiro é que Antônio Martinho do Rosário, nome real de Bernardo Santareno, inscreveu-se como membro da Juventude Comunista em 1941, sendo que, a partir desta data, sempre militou no Partido Comunista português. O segundo, que tentaremos provar a partir deste momento da análise, é que o texto escrito por Santareno tenta trazer para a literatura as idéias do principal pensador do comunismo: Karl Marx.

Desigualdade e revolução: o pensamento marxista

Marx, em *O Capital*, divide a sociedade de seu tempo em três grandes blocos: os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os latifundiários, cujas respectivas fontes de renda são o salário, o lucro e o rendimento do solo. São estes três blocos que aparecerão na luta de classes de *A traição do Padre Martinho*. Na peça, os assalariados serão representados pelos operários e camponeses, os capitalistas pelo Engenheiro e os proprietários de terra pelo Lavrador.

Em seus textos, Marx salienta que o que distingue as espécies econômicas entre si não é o que se produz, mas como se produz. Nesse sentido, pode-se dividir o desenvolvimento histórico da humanidade em cinco modos fundamentais de produção:

“o comunismo primitivo, a escravidão, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo.” (Harnecker, p. 264).

No primeiro modo de produção, o “comunismo primitivo”, o homem tinha sua economia baseada na caça e, como existia o trabalho em comum de todos, existia também a propriedade comum dos meios de produção. No segundo modo, porém, as ferramentas de pedra do comunismo primitivo deram lugar às ferramentas de metal, o que fez surgir a divisão entre os diversos ramos da produção e, com ela, a possibilidade de efetuar intercâmbio de produtos e de acumular riquezas; nesta época produz-se, com efeito, uma minoria que, detentora das riquezas, começa a subjugar os demais convertendo-os em escravos. Já no “feudalismo”, a base das relações de produção é a propriedade do senhor sobre os meios de produção e sua propriedade parcial sobre os produtores e sobre os servos (estes, diferentemente dos escravos, não mais são passíveis de serem mortos pelos seus senhores, mas podem ser comprados e vendidos). No “capitalismo”, inexistente a propriedade sobre os produtores, assalariados e obreiros, porém os trabalhadores, carentes dos meios de produção, que estão primordialmente nas mãos dos que detêm o capital ou o latifúndio, para não morrerem de fome, “sentem-se obrigados a vender sua força de trabalho ao capitalista e dobrar a cerviz ao jugo da exploração.” (ibidem, p. 265). Por fim, no “socialismo”, não há mais exploradores e explorados, uma vez que “a base das relações de produção é a propriedade social sobre os meios de produção” (ibidem, p. 267). Além disso, no “socialismo” somente os que trabalham conseguem participar da divisão dos produtos essenciais para o sustento do homem.

Porém, se o desenvolvimento histórico da humanidade pode ser dividido em cinco modos de produção, Marx observa que o trabalhador, a partir do momento em que começou a existir a propriedade privada que o excluiu, esteve sujeito a condições desumanas de trabalho: “[...] a princípio por coação direta, sob a escravidão e, depois, por coação indireta, através do monopólio dos meios de produção pelos senhores feudais e pelos burgueses, sob o feudalismo e sob o capitalismo.” (Konder, 1965, p.94).

No texto santareniano, a personagem do narrador, no primeiro ato da peça, explica como é construída a economia da cidade: “No Cortiçal, além da lavoura, existe uma fábrica. Uma só. De cortiça, é claro, o resto são migalhas de terra, divididas e subdivididas pelos ditosos aldeões que de seus paupérrimos pais herdaram.” (Santareno, 1973, p. 12). Além disso, em vários momentos, o autor traz o retrato das condições desumanas de trabalho a que estão sujeitos os que não são donos dos meios de

produção. No sermão, Martinho diz que os trabalhadores de Cortiçal “[...] sentem fome legítima de alimento [...]. Fome, sede, frio, impossibilidade econômica de dignamente constituir família, condição irreversível de escravidão mascarada” (ibidem, p. 10).

Logo, podemos perceber na peça santareniana a intenção de trazer ao palco o retrato da sociedade capitalista descrita por Marx: os meios de produção estão primordialmente nas mãos dos que detêm o capital ou o latifúndio e, por este motivo, os operários e os trabalhadores rurais estão sujeitos a condições de extrema miserabilidade.

Acrescentamos que, segundo Marx, a propriedade privada foi a responsável por retirar do proletário a capacidade de ter um pensamento dialético. Explica o filósofo alemão que, ao ser excluído da propriedade dos bens de produção, o proletário passou a ser aquele que realizaria somente um trabalho físico ou repetitivo e, portanto, estaria cindido do trabalho intelectual que deveria ser realizado por outrem. Dentre os problemas que se apresentam por essa cisão, ressalta Marx, existe aquele a questionar como o proletário poderia realizar uma revolução sem possuir o pensamento dialético.

Na Introdução à *Crítica da Filosofia de Hegel* (1843), Marx observa que o operário só poderia realizar a ação de fazer a Alemanha renascer se conseguisse se unir ao homem intelectual, pois, “assim como a filosofia encontra as armas materiais no proletariado, assim o proletariado tem suas armas intelectuais na filosofia.” (Marx, 2005, p. 156).

Além disso, no *Manifesto Comunista* (1848), salientam Marx e Engels:

Finalmente, nos períodos em que a luta de classe se aproxima da hora decisiva, o processo de dissolução da classe dominante, de toda a velha sociedade, adquire um caráter tão violento e agudo que uma pequena fração da classe dominante se desliga desta, ligando-se à classe revolucionária, a classe que traz em si o futuro. Do mesmo modo que outrora uma parte da nobreza passou-se para a burguesia, em nossos dias, uma parte da burguesia passa-se para o proletariado, especialmente a parte dos ideólogos burgueses que chegaram à compreensão teórica do movimento histórico em seu conjunto. (Marx, 1998, p. 80).

Em *A traição do Padre Martinho*, como já salientamos, Santareno não concede a seu padre a ação contra os poderosos. Porém, se Martinho não age, suas palavras, “como grito na consciência de toda a gente” (Santareno, 1973, p. 60), provocam a ação dos trabalhadores: os operários fazem greve para que o Engenheiro sinta o prejuízo monetário causado pela paralisação das máquinas na fábrica, os camponeses abandonam

o campo para que o Lavrador perca a colheita, e ambos, unidos, através de uma pedra atirada na casa dos poderosos, mostram que estão aptos a lutar por seus objetivos.

Observando a peça santareniana à luz das idéias marxistas, podemos dizer que Martinho representaria aquele que, saído da classe dominante da Igreja, traria ao povo de Cortiçal a sabedoria “intelectual” de um tempo (nas suas citações do Concílio, das Encíclicas e, como veremos, do próprio Marx e seus seguidores). O povo do vilarejo, por sua vez, simbolizaria os proletários que, após ouvirem as palavras de Martinho, podem fazer uso das armas materiais que possuem para começarem sua luta contra os burgueses.

Podemos dizer que este momento da peça santareniana traz à literatura o cenário, as personagens e o enredo pensados por Marx em sua filosofia. O cenário, um vilarejo gerido pelo modo de produção capitalista. As personagens, os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores sujeitos a condições de miserabilidade. O enredo, uma luta que, da união entre o que pensa e o que age, possa dar origem a uma revolução a modificar uma história que dura há séculos: a da exploração dos trabalhadores pelos patrões.

Evidenciamos, contudo, que, se Marx divulgou seus pensamentos a partir da metade do século XIX, ainda na época da peça santareniana, século XX, suas idéias seriam combatidas pelos patrões que, ao se referirem aos comunistas, falavam de homens a serem perseguidos e combatidos pelos órgãos governamentais.

Ainda na metade do primeiro ato de *A traição do Padre Martinho*, o Engenheiro revela ao Lavrador o que pensa: “[...] a saída do padre mais não era do que um pretexto: Ah, que os inimigos da nação e do cristianismo sabiam fazer as coisas e não descansavam! Co-mu-nis-tas! Polícia! Aquilo era caso de polícia” (ibidem, p. 53).

Neste momento do texto, às classes antagônicas que se enfrentam, burguesia e proletariado, serão acrescentados, além das facções da Igreja que as apóiam, outros dois conjuntos de personagens: os Policiais e o Deputado (que se somam aos poderosos) e os Camaradas (que se aliam, através de Albino, ao povo mais humilde do vilarejo).

Cabe aqui citarmos que, se Marx começou a divulgar suas idéias desde 1843 (data em que escreveu o texto de *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*), somente em 1917, com a Revolução Russa, elas se manifestaram na construção de uma nação a ser governada por um político pertencente a um Partido Comunista: Vladimir Ilyitch Lênin.

Em Portugal, por sua vez, as idéias de Marx foram defendidas pelo Partido Comunista Português, criado no ano de 1921. Salientamos, contudo, que a partir de

1927, este partido é obrigado, em vários momentos da política portuguesa, a agir na clandestinidade, uma vez que possuía pensamentos contrários à ditadura salazarista que governaria a nação por mais de quarenta anos.

Na peça, a política de represália aos comunistas aparece, pela primeira vez, quando o Engenheiro afirma que a manifestação em Cortiçal deve ser combatida pela polícia. No segundo ato, o Engenheiro e o Lavrador, conjuntamente, exigem do Deputado que extinga a “célula comunista” (ibidem, p. 127) que existe em Cortiçal; o Deputado, por sua vez, resolve pedir ao governo que realize uma “intervenção armada” (ibidem, p. 129) no vilarejo. Antes desta ação, porém, um Polícia tenta fazer com que Martinho delate seus dirigentes; apesar de o padre nada dizer ao policial, dois homens são presos; além disso, um Sargento, a mando do governo, ameaça atirar nos manifestantes que cercam a casa em que está Martinho. Somente após todos os poderosos falarem no telefone com “*Vossa Excelência*” (ibidem, p. 161), a ação de “cinquenta guardas armados” (ibidem, p. 166) restabeleceria aquilo que os órgãos do governo vêem como “a ordem naquela freguesia” (ibidem, p.168).

Observamos que esta política repressiva contrária aos comunistas toma grande parte do segundo ato da peça. Não a examinaremos em profundidade, contudo, uma vez que se o fizéssemos nossa análise se distanciaria do objetivo fixado: saber até que ponto pode existir, segundo Bernardo Santareno, a união entre os ideais religiosos e comunistas.

No final do primeiro ato, em uma “reunião clandestina” (ibidem, p.69), o operário Albino, trabalhador da fábrica de Cortiçal, pede ao Camarada I e ao Camarada II orientações sobre como os operários devem agir. Neste momento do texto, cada um dos dois Camaradas defende a união ou não da causa comunista com a luta travada por um homem da Igreja.

O Camarada II tem a opinião de que a luta que ocorre em Cortiçal deve ser ignorada, uma vez que, como o próprio Marx revela, a religião é, por dois motivos, prejudicial ao homem revolucionário: primeiro, ela “é o ópio do povo” (ibidem, p. 71); segundo, ela é representada por uma Igreja que sempre se uniu aos poderosos.

O Camarada I, por sua vez, citando pensadores mais contemporâneos – dentre eles, o poeta Aragon (1897 – 1982) e o filósofo Roger Garaudy (nascido em 1913) –, tenta criar uma ponte entre os pensamentos comunistas e os cristãos e, dessa forma, justificar que as idéias marxistas podem ser adaptadas ao catolicismo.

Observamos, inicialmente, que a frase citada pelo Camarada II, pertence ao primeiro livro de Marx: *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1843). No início deste livro, o filósofo observara que a religião “é o ópio do povo” (MARX, 2005, p.145), para explicar dois pensamentos complementares acerca do papel da religião na vida dos homens. O primeiro deles tem a religião como um suspiro para suportar as privações do mundo material a que o homem está sujeito. O segundo, como a resignação necessária ao “*vale de lágrimas*” (ibidem, p. 146), que é a vida daqueles que querem alcançar a felicidade no Céu católico.

Marx observa, então, que cabe à História estabelecer a “verdade deste mundo” (ibidem, loc. cit.) e à Filosofia desmascarar “a auto-alienação humana nas suas formas não-sagradas, agora que ela foi desmascarada na sua forma sagrada.” (ibidem, loc. cit.). Salientamos que, a partir deste momento, as idéias de Marx serão direcionadas a criticar as idéias de Hegel e não as de um mundo religioso cristão. A justificativa para tal objetivo, nos dá o próprio filósofo ao verificar que, na Alemanha, o sagrado da religião, após a *Reforma* realizada por Lutero, não mais se apresenta como problemática principal da miséria a que está sujeito o homem.

Sendo assim, apesar de a frase “a religião é ópio do povo” ser uma das mais conhecidas de Marx, o filósofo, porém, pouco falará, nesta ou em outra de suas obras mais conhecidas, acerca daquela que designa como religiosidade sagrada. Acrescentamos, contudo, um trecho de uma obra pouco conhecida de Marx, *O Comunismo dos observadores romanos* (1847), que, apesar de não ter sido citada em *A traição do Padre Martinho*, revela-nos por que o cristianismo deve ser abandonado pelo homem comunista:

Os princípios sociais do cristianismo justificaram a antiga escravidão, glorificaram a servidão medieval, estão prontos, se for necessário, a fazer também a apologia da opressão do proletariado, estarão dispostos a simular que dela se compadecem. Os princípios sociais do cristianismo pregam a necessidade de uma classe dominante e de uma classe oprimida e limitam-se a fazer votos piedosos de que a primeira seja caridosa para com a última. Os princípios sociais do cristianismo põem no céu a recompensa de todas as infâmias, e, desse modo, justificam que estas se mantenham na terra. Os princípios sociais do cristianismo explicam todas as baixezas de que os oprimidos são vítimas por parte dos opressores ou como sendo uma justa punição do pecado original ou então, como provas impostas aos eleitos pela sabedoria do Senhor. Os princípios sociais do cristianismo pregam a cobardia, o desprezo de si, o envilecimento, a escravidão, a humildade, resumindo, todas as características próprias da ralé; o

proletariado não se deixará tratar como a ralé, a coragem, a dignidade, o orgulho, o sentimento de independência são-lhe ainda mais necessários do que o pão. Os princípios sociais do cristianismo são servis, e o proletariado é revolucionário. (Marx, 1975, pp. 205 - 206).

A pertinência de citarmos estas palavras de Marx reside no fato de que elas parecem explicar grande parte das idéias de Santareno na peça objeto de nossa análise. Observamos, primeiramente, que em *A traição do Padre Martinho*, a conversa entre o Bispo e Martinho (e, como vimos na análise, a interpretação desta conversa à luz do entendimento das Encíclicas) materializa uma Igreja que, como diz Marx, apesar de denunciar a opressão sofrida pelo proletariado, limita-se a fazer votos piedosos de que a classe social dominante seja caridosa com a classe oprimida. Assim, se na teoria marxista a Igreja é aquela que pede aos proprietários do capital e aos latifundiários que sejam bondosos com os obreiros assalariados, na peça santareniana esta visão da Igreja toma forma através do discurso do Bispo, que vê como função do sacerdote apenas inspirar a piedade dos mais abastados (dentre eles o Engenheiro e o Lavrador).

Além disso, o Vigário justifica a inação da Igreja a que pertence, citando o pensamento do filósofo medieval Santo Agostinho: “Deus introduziu a escravidão no mundo como um castigo para o pecado: querer suprimi-la seria, portanto, erguer-se contra a Sua vontade” (Santareno, 1973, p. 28). Salientamos que, ironicamente, as palavras de Santo Agostinho citadas pelo Vigário parecem refletir exatamente o fato denunciado por Marx no texto supracitado, ou seja, a existência de uma igreja que justificou tanto a escravidão quanto à servidão medieval como penitências a serem pagas pelos cristãos descendentes do pecado original cometido por Adão e Eva.

Julgamos ser importante observar que o pensamento agostiniano de que os cristãos sofrem pelo “pecado original” já havia sido objeto de outra peça santareniana, *Antônio Marinheiro* (1960). Porém, se naquele momento de sua trajetória dramática Santareno trouxe este pensamento para focar a tragicidade de um homem católico que está sujeito a um sofrimento espiritual, aqui o traz para criticar uma Igreja que também justifica o sofrimento das desigualdades sociais através do mesmo argumento.

Desse modo, se Marx utilizou seus escritos filosóficos para denunciar que os membros da Igreja, apesar da compaixão demonstrada, não fazem mais do que pregar o conformismo, Santareno, através de sua peça, literariamente, criou personagens que comprovam este pensamento filosófico.

Acrescentamos ainda que, se a Igreja denunciada por Marx prega que os mais necessitados sejam subservientes, Martinho será expulso desta Igreja, pois, como ressalta o próprio Vigário, “[...] transformou os homens de Cortiçal, dantes mansos e humildes de coração, trabalhadores e obedientes, nessa alcatéia de lobos insaciáveis e capazes de todas as torpezas...!” (ibidem, p. 82).

Portanto, se a Igreja personificada pelo Vigário e pelo Bispo é aquela que foi criticada por Marx, o padre Martinho dela deverá ser expulso, uma vez que não prega o cristianismo da escravidão, da servidão, mas sim uma religião que, ligada aos proletários, seja capaz de torná-los uma classe revolucionária.

Podemos agora compreender o discurso do Camarada II. Essa personagem defende que a causa marxista não pode ter como membro um padre ligado à Igreja católica, pois, segundo ele, a Igreja a que Martinho pertence é, ainda no século XX, uma cópia fiel da Igreja que fora, no século XIX, criticada por Marx.

Acrescentamos ainda à nossa análise um outro elemento importante trazido ao texto santareniano: Martinho não valoriza objetos que simbolizam o catolicismo, contudo, na morada dos poderosos, rubricas ressaltam a presença desses. No Gabinete do Bispo, há um “panejamento com as armas episcopais” (Santareno, 1973, p. 34). Na sala do Engenheiro, junto ao retrato dele com a esposa, vestidos em traje de “[...] grande gala, com jóias, condecorações e o resto” (ibidem, p. 52), encontramos “[...] uma imagem de Nossa Senhora de Fátima; por cima desta imagem, um crucifixo de marfim e talha, o qual tem pendente de cada braço um terço branco.” (ibidem, p. 53). No Gabinete do deputado da nação, a imagem de Nossa Senhora de Fátima também está presente, porém, neste momento do texto ela divide a parede com “[...] uma cabeça de um toiro bravo, outra de cavalo” (ibidem, p.122).

Segundo mostram as rubricas inseridas ao texto, o Bispo ostenta em seu Gabinete um distintivo a valorizar a nobreza da Igreja a que pertence. O Engenheiro possui em sua casa imagens sacras que, mais do que símbolos de uma religiosidade espiritual, são ostentações monetárias e de poder. Já o Deputado, em seu Gabinete, mostra não só a sua devoção à imagem da Virgem, mas também à ferocidade e à força dos animais que ao lado dela estão.

Em contrapartida, na igreja em que Martinho prega e na casa que habita, Santareno não acrescenta nenhuma imagem de Santo. O motivo, o próprio dramaturgo explicará através de algumas falas e ações inseridas no texto. Logo no princípio da peça, o canto litúrgico e uma “luz focada, vinda de cima” (ibidem, p. 09) delineiam um padre

“de feições um tanto grosseiras, mas impressionantemente iluminadas de dentro, nos olhos” (ibidem, loc. cit.). Após esta primeira aparição, o enredo acrescenta a Martinho a missão de, “tal qual Nosso Senhor Jesus Cristo” (ibidem, p.21), trazer uma palavra que levará os homens não à paz, “mas à guerra” (ibidem, loc. cit.). Porém, ao guerrear pelos mais humildes, os atos de Martinho não são bem vistos por uma Igreja já estabelecida e, sendo por ela acusado, sente medo e uma “[...] horrível angústia que o mantinha cravado na cruz.” (ibidem, p. 61).

Os elementos acima indicados mostram-nos um dramaturgo a construir um padre que não necessita ter a seu redor objetos de adorno a representarem sua religiosidade, pois, mais do que compor sua crença através de um cenário vazio, Martinho a compõe trazendo para si o próprio caminhar (iluminação, luta e sofrimento) da vida de Cristo.

Dessa maneira, ao expulsarem Martinho de Cortiçal, a Igreja, os burgueses e o governo estariam tirando de sua terra, segundo Santareno, um homem cujos ideais poderiam ser a expressão viva dos ensinamentos de Cristo. Para compreendermos melhor esta idéia, citamos neste momento um pensamento de Garaudy, um dos autores trazidos ao texto por uma personagem que quer unir comunismo e cristianismo, o Camarada I. No final do primeiro ato, diz o Camarada I: “No mundo de hoje, há um ponto que é comum às esperanças de milhões de comunistas e de milhões de católicos: ‘construir o futuro sem perder coisa alguma da herança dos valores humanos formada pelo cristianismo, ao longo de dois milênios.’” (Santareno, 1973, p. 71).

Ao citar a expressão “valores humanos”, o Camarada I invoca, principalmente, o valor da generosidade do homem para com seu próximo. Entretanto, se esta personagem ainda acredita que o pensamento de generosidade é o mais importante para os cristãos, como também o acreditara Martinho, o enredo até agora apresentado já nos mostra que os superiores da Igreja que dirige o cristianismo, a católica, observam que a caridade, mais do que maior valor humano a ser fomentado, é um valor subserviente à obediência aos superiores e ao direito de propriedade defendido, ao longo de milênios, pela Igreja.

Acrescentemos ao nosso pensamento uma passagem de uma obra escrita por Roger Garaudy em 1995, *Rumo a uma guerra Santa? O debate do século*. Observamos, antes de tudo, que o trecho a ser inserido neste momento da análise é vinte e seis anos posterior à escrita de *A traição do Padre Martinho*. Contudo, ela é pertinente, pois ajudará a compreender o pensamento de generosidade cultuado não somente pelo Camarada I, mas também por Martinho:

Apesar dessa hegemonia milenar de uma ‘teologia da dominação’, milhões de cristãos viveram, à maneira de São Francisco de Assis ou das atuais ‘teologias da libertação’, a mensagem libertadora de Jesus anunciada prioritariamente aos pobres. Chegou a alcançar-se, na época do grande papa João XXIII e do concílio do Vaticano II, a aurora dourada de uma grande esperança: a de uma igreja aberta ao mundo e a suas angústias, de um diálogo com a fé de todos os homens. Mas o peso da tradição imperial romana fechou esse parêntese e restaurou o integrismo tradicional da teologia da dominação contra as teologias da libertação. (Garaudy, 1995, p.15).

O pensamento de Garaudy revela o que Santareno tentou mostrar em seu enredo: o Concílio Vaticano II criou padres que, em uma releitura das palavras do evangelho, quiseram não só se compadecer da miséria dos mais necessitados, mas também, e acima de tudo, lutar contra essa miséria. Porém, a Igreja, dando preferência não a este novo entendimento do evangelho, mas a uma tradição imperial romana que a unia ao poder, expulsou os que pensavam conforme a “teologia da libertação” e continuou a propagar a “teologia da dominação”.

Portanto, podemos compreender qual seria, na visão da Igreja que prega a teologia da dominação, uma primeira “traição” cometida pelo padre Martinho: assim como vários padres de sua época, Martinho se torna um traidor ao colocar sua luta pelo fim da miséria acima dos interesses de uma Igreja que, há séculos, está ligada aos mais poderosos. Observamos, ainda, que esta Igreja ligada ao poder já fora combatida por outro padre Martinho, de nome Lutero, que, no século XVI criticava uma Igreja católica a pregar muito mais a dominação monetária do que os valores da fé.

Além disso, acrescentamos que, se na Alemanha da época de Marx, esta Igreja não mais tinha forte poder político, nos países em que a Contra-Reforma conseguiu limitar as idéias protestantes, dentre eles Portugal, a Igreja Católica permaneceu, mais do que instituição a propagar a fé, como aquela que, segundo Santareno, propaga a fé para conseguir, na verdade, pregar a dominação monetária. Nesse sentido, se não cabe a Marx fazer extensas críticas ao catolicismo, cabe a Santareno, como marxista a viver em um país católico, observar, antes de tudo, que não poderá existir uma revolução sem que o povo de Portugal se liberte do ópio religioso que mascara a política de desigualdades e de dominação.

Conclusão

O texto santareniano e os ideais nele inseridos trazem o retrato da política religiosa da segunda metade do século XX: por mais que alguns membros da Igreja queiram que a religiosidade seja um instrumento ativo para pôr termo às desigualdades sociais, outros – de maior poder – ainda defendem uma instituição solidificada e imutável que deve, portanto, estar alheia não só ao que ocorre na história da humanidade, mas também a todas as opiniões político-revolucionárias, inclusive ao comunismo.

Contudo, se essa “teologia da dominação” é, como nos mostra Bernardo Santareno, o que prepondera na Igreja, os ideais marxistas fomentam, mesmo nos católicos, a possibilidade de uma revolução que una cristianismo ao comunismo e que seja capaz de modificar o quadro social vigente. Nesse sentido, Martinho tenta harmonizar a cruz, a foice e o martelo. O catolicismo como ideologia a propagar a inação e a servidão medieval da classe oprimida passa a ser combatido por esse padre e, através desse combate, Santareno constrói a pergunta de seu tempo: como um homem de fé cristã pode dirimir a miséria de um povo?

Segundo o autor, esse homem pode argumentar que suas opiniões são ecos do que alguns papas já haviam divulgado. Pode, também, concluir que o comunismo seria um sistema econômico e social que visa à mesma sociedade justa pregada por Cristo. Porém, após perceber que nenhuma palavra é capaz de transpor o milenar pensamento de inação existente na Igreja, o homem católico pode sentir vontade de desistir.

Essa vontade que aqui mencionamos seria a segunda “traição” cometida por Martinho: mesmo sabendo que suas idéias são justas, ele quer acatar as ordens dos poderosos da Igreja e partir de Cortiçal, abandonando a luta iniciada. Já vimos que, seguindo o pensamento marxista, este desejo expressa uma união entre o homem que representa o intelecto, Martinho, e os que representam as armas materiais, o povo de Cortiçal.

Notamos, contudo, que essa vontade de desistir é colocada em dúvida quando Martinho vê que os poderosos utilizaram a violência para oprimir a manifestação do povo de Cortiçal. Nesse momento, o Narrador do texto parece ver que, em épocas de violência extrema, o homem intelectual deve agir e não somente fomentar ideais.

O Narrador, e através dele Bernardo Santareno, propõe então aos homens de fé uma nova forma de realizar seus sonhos: trabalhar pelo “reino de Deus na Terra” (ibidem, p. 172), mesmo que tenham de renunciar à Igreja como instituição a ser obedecida. Desse modo, tendo a fé não como um dogma de opressão a ser seguido, mas

como uma arma de combate a ser empunhada junto à foice e ao martelo, o homem religioso poderá lutar pela verdadeira igualdade social em que acredita.

Referências

BOTTON, Fernanda Verdasca. *A lira assassina de Orfeu (Bernardo Santareno e os intertextos de O inferno)* (SI), 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8150/tde-25112008-154317/>

GARAUDY, Roger. *Rumo a uma guerra Santa? O debate do século*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1965.

HARNECKER, Marta. *Os conceitos elementais do materialismo histórico*. São Paulo: Cortez & Moraes Ltda., s.d.

JOÃO XXIII. *Encíclica Mater et magistra*. (SI), 1961. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater_po.html (03/04/2006).

KONDER, Leandro. *Marxismo e Alienação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: EDIPRO, 1998.

MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boi Tempo, 2005.

_____. *O Capital*. São Paulo: EDIPRO, 1998.

_____. *Textos Filosóficos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

PAULO VI. *Encíclica Ecclesiam suam*. (SI), 1964. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_06081964_ecclesiam_po.html (03/04/2006).

SANTARENO, Bernardo. *A traição do Padre Martinho*. Lisboa: Edições Ática, 1973.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanches. *As idéias estéticas de Marx*. S.l.: Editora Paz e Terra Ltda, 1968.